

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓLO UNIVERSITARIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MELISSA BARROSO MENDES

A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A CRIAÇÃO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA NOS DISTRITOS
FRIBURGUENSES DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PÓLO UNIVERSITARIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MELISSA BARROSO MENDES

A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A CRIAÇÃO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA NOS DISTRITOS
FRIBURGUENSES DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Fluminense como requisito
para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas, sob a orientação da Prof.º MSc.
Guilherme Rodrigues Lima.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M538p Mendes, Melissa Barroso
A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A CRIAÇÃO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA NOS DISTRITOS
FRIBURGUENSES DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA / Melissa Barroso
Mendes ; Guilherme Rodrigues Lima, orientador ; Maracajaro
Mansor Silveira, coorientador. Campos dos Goytacazes, 2018.
36 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos
Goytacazes, 2018.

1. Agricultura Familiar. 2. Legislação Ambiental. 3.
Produção intelectual. I. Lima, Guilherme Rodrigues,
orientador. II. Silveira, Maracajaro Mansor, coorientador.
III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
da Sociedade e Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD -

MELISSA BARROSO MENDES

**A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A CRIAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA NOS DISTRITOS
FRIBURGUENSES DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Prof.^a MSc. Guilherme Rodrigues Lima.

Aprovada em Campos dos Goytacazes, _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

MSc. Guilherme Rodrigues Lima – UFF
Professor orientador

Dr. Maracajaro Mansor Silveira – UFF
Professor co-orientador

Dra. Vanuza da Silva Pereira Ney – UFF
Membro da Banca

Campos dos Goytacazes

2018

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo preciso agradecer à minha bisavó, Ierecê, por ter sido a vida inteira uma das pessoas que mais me deu apoio e amor para eu chegar onde eu queria, e também por ter ascendido várias velas para mim durante todas às provas que fiz na faculdade, tenho certeza que elas me iluminaram muito para chegar até aqui.

Sou grata também a minha mãe e meu pai por acreditarem em mim, por todo o amor e por serem os pais mais incríveis desse mundo, amo vocês.

A minha família toda pelo apoio, mas especialmente às minhas irmãs que sempre tornaram meus dias melhores mesmo com a distância.

Aos meus amigos que passaram esses anos ao meu lado e dividiram diversos momentos comigo, de felicidade, de ansiedade, de procrastinação, de risada e de muito amor envolvido. Agradeço em especial a Lana, Diego, Letícia, Wallas, João Pedro, Nathy, Ulyana e Amanda por tudo que vocês foram para mim durante essa caminhada.

Preciso agradecer principalmente a Gabi por tudo que passamos juntas nesses anos, tenho certeza que eu não seria a mesma pessoa sem você do meu lado em todos os momentos, a sua amizade foi o maior presente que a graduação me deu.

Agradeço também à professora Vanessa por ter me apresentado esse universo de pesquisa. Com o qual me identifiquei tanto e por tudo que me ensinou.

Ao meu orientador Guilherme pela ajuda, dedicação e incentivo durante esse processo.

A Universidade Federal Fluminense por ter sido o lugar que vivi tantas experiências e aprendi tanto, obrigado REUNI por me dar a chance de vir para Campos dos Goytacazes.

A todos os agricultores que responderam tão gentilmente os questionários, o Roberto da AFASPS e o Felipe do INEA por aceitarem ser entrevistados ajudando imensamente esse trabalho a ser concluído.

Por fim, agradeço a Deus por tudo, pois sei que tudo acontece exatamente como deve acontecer e cada dificuldade e alegria que tive não foi à toa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo entender como foi a percepção dos agricultores sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA-MC) em relação a agricultura familiar nos distritos friburguenses de Lumiar e São Pedro da Serra. Para isso procurou-se compreender como os produtores rurais da região se adaptaram a esse novo contexto e o alcance das políticas públicas. Desta forma, foi feita uma pesquisa de campo nos distritos citados. Os resultados mostraram que os agricultores se sentiram afetados pela legislação ambiental, além de muitos afirmarem que a lavoura está acabando na região e acreditam que o principal problema atualmente é a dificuldade de comercialização. Nos primeiros anos de vigência da APA, a relação dos agricultores com o órgão ambiental configurava um conflito ambiental, mas de acordo com as entrevistas feitas com um representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente (INEA) e o presidente da Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências (AFASPS), atualmente essa relação se dá de forma mais branda, principalmente por conta da publicação do Plano de Manejo em 2014. Além desses resultados, foi descoberto o programa estadual Rio Rural que beneficia os agricultores que fazem parte da AFASPS.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Legislação Ambiental; Conflito Ambiental

ABSTRACT

This research aims to understand how the farmers' perception about the creation of the Macaé de Cima Environmental Protection Area (APA-MC) in relation to family agriculture in Lumiar and São Pedro da Serra districts of Nova Friburgo. The aim was to understand how rural producers in the region have adapted to this new context and the scope of public policies. In this way, a field survey was carried out in the mentioned districts. The results showed that farmers felt affected by environmental legislation, and many said that farming is ending in the region and believe that the main problem now is the difficulty of commercialization. In the early years of the APA, the relationship between agriculture and the environmental agency was an environmental conflict, but according to interviews with a representative of the State Environmental Institute (INEA) and the president of the Association of Family Farmers of São Pedro da Serra and Adjacências (AFASPS). Currently, this relationship occurs more briefly, mainly due to the publication of the Management Plan in 2014. In addition to these results, the Rio Rural state program was discovered, benefiting farmers who are part of the AFASPS.

Key words: Family Agriculture; Environmental legislation; Environmental Conflict

SUMÁRIO

1. AGRICULTURA FAMILIAR, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS.....	5
1.1. AGRICULTURA FAMILIAR	5
1.2. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	8
1.3. CONFLITOS AMBIENTAIS: PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE.....	13
2. METODOLOGIA	16
3. RELAÇÃO DOS AGRICULTORES E DA APA-MC.....	18
CONCLUSÕES	26
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA OS AGRICULTORES	31
APÊNDICE 2 – ENTREVISTAS PARA O REPRESENTANTE DO INEA E DA AFASPS	36

INTRODUÇÃO

O município de Nova Friburgo é um polo regional que tem grande influência em relação às outras cidades da Região Serrana. Uma das principais atividades desenvolvidas no município é a agrícola, e nos distritos estudados nesta pesquisa a agricultura familiar existe desde sua ocupação no século XIX.

Lumiar e São Pedro da Serra possuem uma origem camponesa desde quando foi realizado o primeiro projeto oficial de colonização de imigrantes. No entanto, apesar de serem consideradas intocadas até então, essas terras na realidade já eram habitadas antes da chegada desses europeus, como salientado por Mayer (2003):

Muitos colonos foram em direção ao Macaé, onde chegaram a se impor diante de quilombolas existentes. Apoiados por forças oficiais tomaram-lhes as terras e benfeitorias. Desta maneira as origens de distribuição de terras e, áreas que hoje compõem os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra tem origem na concessão gratuita e na imposição pela força sobre antigos quilombos. (Mayer, 2003: p. 180)

Ambos os distritos se encontram em um vale que abrange em grande parte a Mata Atlântica e é cortado pelo Rio Macaé e seus afluentes. De acordo com Carneiro e Palm (2016), sua ocupação se deu em função de uma procura de regiões mais propícias para viver por parte desses imigrantes, que encontraram dificuldades incluindo a falta de áreas adequadas para a agricultura, devido à topografia acidentada na Fazenda do Morro Queimado, lugar para onde tinham sido encaminhados na sua chegada ao Brasil.

Segundo Carneiro e Palm (2016) esses migrantes ocuparam um espaço econômico marginal, ao redor das fazendas de café, e iniciaram o desenvolvimento de uma agricultura em pequena escala, que não era capaz de assegurar a reprodução estável e ampliada de suas famílias.

De acordo com Teixeira (2009), para a subsistência os imigrantes cultivavam cana-de-açúcar, milho e feijão, e para vender, café. Era utilizado o trabalho familiar e também, no início, mão-de-obra escrava. Porém, com o fim do tráfico negreiro passaram a contar com o trabalho de colonos suíços que vieram como substitutos dos escravos, num momento de expansão da economia cafeeira.

A partir do momento em que ocorre a decadência da produção de café esses produtores voltam a cultivar para sua subsistência e aproximam-se de parentes e vizinhos para garantir a sobrevivência do grupo. Esse período, que dura do final do século XIX até

aproximadamente a década de 1940, é marcado por um intenso isolamento devido à dificuldade de acesso a um centro urbano próximo, e o que garantia a autonomia das famílias em relação à alimentação era sua produção de subsistência e mercantil que apesar de baixa, era diversificada (Teixeira, 2009).

No entanto, no final da década de 1950 é aberta uma estrada de terra interligando Lumiar a Mury, possibilitando um melhor acesso ao núcleo urbano do município, facilitando dessa maneira o comércio do 5º e 7º distritos com o centro, e produtos como banana, inhame, tomate e pimentão passam a ter sua produção dedicada tanto para subsistência quanto para a comercialização (Sá Rego, 2008)

Poucos anos antes da pavimentação do trecho Mury-Lumiar da estrada RJ-142, em 1982, a região passa a atrair turistas que buscavam maior contato com a natureza, sendo a maioria deles parte do movimento hippie (Santos apud Mendes, 2010). Sobre o aumento do turismo e da lavoura mercantil é possível afirmar que:

A dinamização do setor de turismo e a intensificação da lavoura mercantil aumentaram a quantidade e a circulação da moeda provocando transformações no modo de vida local tais como a preferência por alimentos industrializados de fácil preparo, mais adaptados ao novo ritmo de trabalho (não-agrícola) e às mudanças dos hábitos alimentares promovidas por uma nova concepção de saúde divulgada pelos médicos (substituição da gordura de porco pelo óleo vegetal, consumo de legumes e verduras...). Contribuiu também para essa “nova economia”, a substituição do manejo tradicional da agricultura pelo uso de sementes e insumos agrícolas químico-sintéticos adquiridos no mercado. (Carneiro & Palm, 2016, p.188)

O trecho Lumiar-Casimiro de Abreu da estrada RJ-142, atualmente Rodovia SerraMar, foi pavimentado em 2006, o que trouxe ainda maiores mudanças sociais, culturais e econômicas, entre elas a intensificação do turismo que em conjunto com a construção civil, prestação de serviços e comércio foram substituindo as atividades agropecuárias, paulatinamente, se tornando assim, as principais fontes de renda para a população das localidades (Teixeira, 1998).

Devido ao aumento no turismo, durante a década de 1980, constatam-se as primeiras pesquisas e levantamentos florísticos no local, como aponta Mendes (2010), e são intensificadas após o referido trecho ser asfaltado.

A intensificação dos estudos sobre a região juntamente com os turistas cada vez mais presentes em Lumiar e São Pedro da Serra dissemina na comunidade científica a preocupação sobre a preservação ambiental nesses locais. E ainda de acordo com Mendes

(2010) em 1990 foi criada, em articulação com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Reserva Ecológica Municipal de Macaé de Cima, que abrangia 7 mil hectares em uma área de baixíssima densidade populacional e com um quadro de relevante conservação.

A partir do aumento da especulação imobiliária, que é decorrente do avanço do turismo, e de uma tendência, como aponta Porto (2017), a nível estadual, de fragmentação das pequenas propriedades, um grupo da cidade do Rio de Janeiro obtêm uma significativa parte da Reserva Ecológica Municipal com a intenção de construir um condomínio, com projeto aprovado pela prefeitura de Nova Friburgo, com 50 unidades habitacionais e infraestrutura de apoio, incluindo uma estrada que cortaria a área da Reserva (Mendes, 2010).

Esse projeto fomentou críticas de organizações não governamentais e instituições científicas que junto com a sociedade civil, a qual passa a ver seus recursos ameaçados, deflagra o conflito socioambiental que terá como resultado a APA de Macaé de Cima.

Mendes (2010) ressalta que frente aos diversos significados dos recursos naturais da região para a sociedade e a pressão das comunidades civil e científica para uma proteção ambiental mais efetiva, o governo do estado do Rio de Janeiro se viu na obrigação de agir em relação a sua atuação na região.

O empreendimento imobiliário teve sua licença indeferida e alguns estudos foram realizados, culminando na criação, um pouco mais de um ano após a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima, instituída pelo Decreto estadual de número 29.213/2001. (Mendes, 2010; p.7)

Em 2001 houve a instauração da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA-MC), que abrange a região analisada, e seu Decreto de criação nº 29.213/01 que tem como objetivo preservar as áreas ainda bem conservadas criando mecanismos de desenvolvimento que não agridam demasiadamente o meio ambiente no entorno dessas áreas (Castro Júnior et al., 2009 apud Mendes, 2010).

A APA é instituída a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, seguindo suas premissas, as Unidades de Conservação (UCs) devem ser implementadas de maneira participativa e sua gestão pública e democrática deve ocorrer

por meio de conselhos, deliberativos ou consultivos, incluindo representantes do Poder Público, da sociedade civil e agentes econômicos (Sá Rego, 2008).

No entanto, o conselho consultivo da APA de Macaé de Cima é formado apenas em 2005, após o decreto 38.234/2005, que envolve diversos valores, interesses e forças (Porto, 2017). Além disso, a criação da área de proteção em questão se deu diante de conflitos e interesses divergentes e houve pouca participação dos moradores das regiões, que acreditam que a legislação restringe seus direitos, segundo Mendes (2010).

A partir desse contexto acredita-se que a criação da APA de Macaé de Cima em 2001 promove mudanças significativas nas condições de produção na agricultura no local, reduzindo as áreas agricultáveis e criando uma necessidade de adaptação do agricultor para se reproduzir socialmente nesse contexto. Isso leva à necessidade de criação de políticas públicas para esses agricultores.

Portanto o foco dessa pesquisa é analisar o impacto da legislação ambiental prevista na APA de Macaé de Cima na agricultura familiar local, através da perspectiva dos agricultores, suas estratégias de adaptação a esse novo contexto, e o alcance das políticas públicas para esses produtores. Para isso esse estudo divide-se em três capítulos além da introdução e das conclusões finais. O primeiro capítulo elucida pressupostos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, sendo estes a concepção de agricultura familiar e uma explicitação da legislação ambiental encontrada na região analisada e uma análise sobre o que e como se deram os conflitos ambientais na localidade. O segundo capítulo tem como objetivo explicar a metodologia utilizada e no terceiro serão apresentados os resultados obtidos.

1. AGRICULTURA FAMILIAR, LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E CONFLITOS

1.1. AGRICULTURA FAMILIAR

O termo agricultura familiar, segundo Altafin (2005), quando pesquisado na literatura, apresenta diversas vertentes quando se trata da sua delimitação conceitual, com destaque para duas: uma que acredita que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria e outra que a considera um conceito em evolução.

Porém, anteriormente, é necessário analisar o familiar da agricultura familiar como é elucidado por Carneiro (2008), pois esse termo, ao ser definido como um setor da economia, limita a análise à dinâmica de produção, e nesse contexto o caráter familiar é atrelado somente à unidade produtiva, sendo o inverso “não familiar” o trabalho assalariado. Dessa forma, o familiar se torna um conceito quantitativo ao invés de qualitativo, o que não satisfaz diversas questões que podem surgir sobre o tema.

Porto (2017) descreve que é fundamental que essa análise foque na família e não apenas em um indivíduo. A família passa a ser entendida como unidade definida além de laços afetivos, sanguíneos ou de parentesco, mas como uma unidade produtiva que possibilitará a manutenção da família.

É possível compreender a família como uma categoria estruturante que orienta as lógicas de reprodução social que vai além dos limites individuais, considerando que os esforços dos indivíduos são submetidos a um cálculo coletivo, ou seja, os interesses familiares como um todo (Teixeira, 1998).

Na visão de Wanderley (2003), o caráter familiar não trata apenas de identificar formas de subsistência, mas sim de admitir a centralidade da unidade de produção para a reprodução da família por meio do trabalho coletivo.

A subsistência muitas vezes é atrelada ao camponês, termo que diz respeito à pequenos produtores agrícolas e que com o tempo foi sendo substituído por agricultor familiar. Fernandes (2002) ressalta que foi no final do século XX que os teóricos da agricultura familiar procuraram formular um método de análise em que o camponês fosse desaparecendo em virtude da metamorfose do termo para agricultor familiar.

Essa transformação do termo, quando considera o campesinato fundamental para o conceito de agricultura familiar é o que caracteriza a vertente que acredita que o termo está em evolução. Para autores, como Wanderley (2003) e Altafin (2005), essa corrente de pensamento não acredita que as mudanças vividas pelo agricultor familiar moderno representem um afastamento definitivo das formas anteriores, mas sim o inverso, que mantêm uma tradição camponesa que possibilita um fortalecimento da sua capacidade de se adequar às novas exigências impostas pela sociedade.

Esse processo de transformação do campesinato não deve ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para uma diferente com integração econômica e social no conjunto da sociedade (Wanderley, 2003).

Para explicar as diferenças conceituais do termo agricultura familiar, Fernandes (2002) resgata Lamarche (1993):

Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. Nessa linha de pensamento, o camponês também seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. (Lamarche (1993) *apud* Fernandes (2002)).

De acordo com Wanderley (2003) pode-se concluir que essa perspectiva evolutiva corresponderia a um período pretérito historicamente ultrapassado pelas condições modernas do mercado e da sociedade, e segundo essa visão o camponês seria o tradicional e o agricultor o moderno. A autora ainda observa que o agricultor é um ator social do mundo moderno, mas que tem na sua história o campesinato, ou seja, é precisamente uma referência à continuidade e à não ruptura.

Isto é, o fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos mais atuais usarem o conceito de agricultura familiar não significa que o conceito de camponês perdeu seu status teórico (Fernandes, 2002).

No entanto, existem autores que consideram o termo agricultura familiar uma nova categoria, como Abramovay (1992), que compreende que não há necessidade de buscar as origens históricas do conceito, como explicitado no seguinte trecho:

Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. (Abromovay, 1992)

A partir dessas delimitações conceituais, percebe-se que a utilização do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abrange diferentes tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou território. No entanto, apesar de ser novo o conceito de agricultor familiar sua origem sempre se encontrará de alguma forma no campesinato brasileiro.

Logo, partindo das classificações acadêmicas, é delimitado o conceito de agricultor familiar formalmente, na Lei 11.326 que prevê que:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Para que tais requisitos sejam atendidos, é incluso:

[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquícultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores (Brasil, 2006).

Apesar da delimitação formal no Brasil ocorrer apenas em 2006, foi dez anos antes que um estudo, realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), teve caráter decisivo para a formação do conceito (Altafin, 2007):

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996: 4).

No ano de 1996 ocorreu a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar. De acordo com o PRONAF, seu público alvo é o agricultor que corresponde aos seguintes requisitos:

utilização do trabalho direto seu e de sua família, como possibilidade de utilização de empregado permanente ou de ajuda de terceiro quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir e que tenha, no mínimo, 80% da renda familiar originada da exploração agropecuária e/ou extrativa. (Pronaf, 1996 apud Carneiro, 1997)

Por fim, os dados do estudo Incra/Fao (2000) apontam que a agricultura familiar exhibe grande capacidade produtiva, contribuindo de fato para o abastecimento do país, apesar do pouco acesso à terra, às inovações tecnológicas e crédito.

Ou seja, a agricultura familiar é muito importante para a reprodução social de diversas famílias no país, visto sua capacidade produtiva que pode ser utilizada tanto para subsistência quanto para a comercialização.

Os estabelecimentos familiares têm a função de geração de emprego no meio rural, se tornando um fator de melhoria social, visto que num estabelecimento patronal são necessários 67 hectares para gerar um posto de trabalho, os familiares somente necessitam de oito hectares (Altafin, 2007). Dessa forma, por utilizar uma área menor a agricultura familiar fica atrelada à preservação ambiental, mas essa relação pode ser controversa ocasionando conflitos ambientais.

Logo, é necessário entender relação do meio ambiente com a agricultura familiar. Na região analisada a questão ambiental se apresenta a partir da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, o que torna essencial o entendimento da legislação ambiental em que os distritos estão inseridos.

1.2. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que é, como ressalta Costa (2007), uma norma geral que apresenta medidas para o estabelecimento de Unidades de Conservação (UCs), determinando o modo de criação, a competência para a criação e o conteúdo de cada unidade criada. De acordo com a lei de criação do SNUC (Lei n. 9.985/2000, Art. 2º) entende-se a unidade de conservação como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes,

legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (Brasil,2000).

Lima (2015) explica que as Unidades de Conservação que fazem parte do SNUC são classificadas em 12 categorias de manejo (especificadas na figura 1), as quais estipulam as normas de utilização e acesso aos recursos naturais das UCs.

Figura 1 – Categorias de manejo presentes no SNUC e suas características

Restrição de uso	Categoria de Manejo	Descrição e objetivo
Proteção Integral	Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas, podendo ser visitada apenas com o objetivo educacional.
	Reserva Biológica	Preservação da diversidade biológica, recuperação dos ecossistemas alterados para recuperar o equilíbrio natural e preservar a diversidade biológica, podendo ser visitada apenas com o objetivo educacional.
	Parque Nacional	Preservação dos ecossistemas naturais e sítios de beleza cênica. O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.
	Monumento Natural	Preservação de lugares singulares, raros e de grande beleza cênica, permitindo diversas atividades de visitação. Essa categoria de UC pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC.
	Refúgio da Vida Silvestre	Proteção de ambientes naturais, nos quais se objetiva assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna. Permite diversas atividades de visitação e a existência de áreas particulares, assim como no monumento natural.
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas e privadas.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Preservar os ecossistemas naturais de importância regional ou local. Geralmente, é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais singulares. É constituída por terras públicas e privadas.
	Floresta Nacional	Área com cobertura florestal onde predominam espécies nativas, visando o uso sustentável e diversificado dos recursos florestais e a pesquisa científica. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação.
	Reserva Extrativista	Área natural utilizada por populações extrativistas tradicionais onde exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais existentes. Permite visitação pública e pesquisa científica.
	Reserva da Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais. Permite visitação pública e pesquisa científica.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.

Fonte: Extraído de Lima (2015).

Como mostrado acima, as categorias são delimitadas em duas classes: Proteção Integral e Uso Sustentável. O grupo de Proteção Integral possui cinco categorias de manejo que têm regras mais restritivas, em algumas delas o acesso pode ser até proibido, ao menos que seja um caso previsto em lei. Esse grupo tem o intuito básico de preservar o meio ambiente, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. Em relação ao segundo grupo, uso sustentável, ele abrange as outras sete categorias, que possuem regras mais brandas, que procuram englobar a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais.

As APAs integram o Grupo das Unidades de Uso Sustentável e, de acordo com a lei do SNUC são áreas geralmente extensas, com um certo grau de ocupação humana, com características abióticas, bióticas, estéticas ou culturais de suma importância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e possuem objetivos básicos de proteger a diversidade biológica, controlar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade da utilização dos recursos naturais (Brasil, 2000).

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) podem abranger tanto terras públicas como privadas, podendo conter em seus limites cidades inteiras ou até mais de uma simultaneamente (Carneiro et al., 2010). No caso da APA de Macaé de Cima sua extensão compreende 40% da área do município de Nova Friburgo (Rego, 2008), onde localiza-se Lumiar e São Pedro da Serra, e uma pequena parte do município de Casimiro de Abreu, como de acordo com a imagem abaixo:

Figura 1 - Mapa de localização da APA Macaé de Cima



Fonte: Extraído de Porto (2017).

Antes de a APA-MC ser implantada havia a Reserva Ecológica de Macaé de Cima cuja, paisagem protegida estabelecida, de acordo com sua lei, era de proteção integral, o que impede atividades econômicas e a ocupação privada das terras. Contudo, não houve nenhum projeto para regularizar os poucos moradores ali presentes, porém não ocorreu nenhum conflito devido a isso, talvez por conta das poucas ações da gestão da Reserva (Mendes, 2010).

O que veio a ocasionar o fim da Reserva foi um conflito gerado a partir do projeto de construção de um condomínio na área que deveria ser protegida, mas que teve autorização da prefeitura de Nova Friburgo.

Mendes (2010) explica que diversas cartas foram enviadas pela Associação de Moradores de Macaé de Cima ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), pedindo auxílio para indeferir a licença ao empreendimento, porém a prefeitura não se manifestou e revogou os decretos de criação da Reserva Ecológica e do seu Plano de Zoneamento.

A extinção da Reserva Ecológica em 1997 culminou numa pressão por parte da sociedade e da academia para uma intensificação da proteção ambiental na região e a partir da implantação do SNUC em 2000, a criação da APA Estadual de Macaé de Cima foi estabelecida a partir do decreto 29.213, de 14 de setembro de 2001, assinado pelo governador da época Anthony Garotinho.

O interesse institucional na conservação da natureza é explicado em seu decreto de criação:

(...) considerando o patrimônio inestimável representado pela Floresta Ombrófila Densa em ótimo estado de conservação, considerada de preservação permanente e responsável pelo abrigo de inúmeras espécies da fauna e da flora nativas, muitas delas endêmicas e raras, outras ameaçadas de extinção, protegidas por legislação específica; considerando a necessidade de proteção das bacias dos mananciais existentes (Rio Macaé de Cima, Rio Bonito, Rio das Flores, Rio Santo Antônio e demais afluentes) e de manutenção da qualidade da água; considerando tratar-se de uma das áreas remanescentes da vegetação que outrora recobria toda a Serra do Mar, em prol de cuja proteção diversas Unidades da Federação já vêm se manifestando (...) (RIO DE JANEIRO, 2001)

A lei do SNUC define que as APAs devem ter instrumentos de gestão como: Zoneamento, Plano de Manejo e Conselho Gestor, esse último é presidido pelo órgão ambiental responsável pela Unidade de Conservação e composto pela sociedade civil

organizada, representantes de órgãos governamentais e população residente (Carneiro et al, 2010)

Carneiro et al (2010) ressalta que além disso, segundo o SNUC, antes da implementação de uma UC deve haver análises técnicas e de consulta pública, em que o Poder Público tem como obrigação o fornecimento de todas as informações necessárias à população da região e a outros interessados, porém isso não ocorre com frequência.

No decreto de criação da APA-MC, no Artigo 5º, é definido que o Plano de Manejo deveria ser elaborado dentro de 120 dias contados desde a data de criação da APA, porém este só foi publicado em 2014 e durante esse período, conforme o Art. 4º da Lei Federal n.º 6.902 ficaram vedadas as seguintes práticas: desmatamento; abate de árvores; extração de madeira; retirada de material vegetal ou espécimes vegetais da Mata Atlântica; promoção de queimadas; alterações do modelado do perfil natural dos terrenos; abertura de logradouros; estradas; canais de drenagem; obras de terraplanagem; abertura de canais; atividades capazes de provocar erosão acelerada das terras; atividades de mineração; drenagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e /ou perigo para as pessoas ou para a biota (Rio de Janeiro, 2001).

Mendes (2010) afirma que as definições acima foram consideradas extremamente limitantes pelos agricultores, pois afetavam a sua produção.

A demora para a definição do Plano de Manejo é consequência de diversos conflitos que ocorreram nos primeiros anos após a instauração da APA-MC, uma vez que a gestão só teve início no final de 2004 e o Conselho Gestor só foi formado em 2005, porém sendo desfeito após atritos entre o Conselho e a União das Famílias da Terra no final de 2006.

Com o Plano de Manejo não estando presente em nenhuma pauta das reuniões tornou-se insustentável a situação e houve muita pressão para uma mudança na gestão, havendo então alterações em 2007, o que possibilitou a reestruturação do Conselho Gestor, que voltou a ativa em 2009 com uma formação que tem uma maior participação da sociedade civil (Mendes, 2010).

A partir de sua publicação em 2014, o Plano de Manejo, foi possível delimitar seu zoneamento no qual estão inseridas: a Zona de Preservação (ZP), Zona de Conservação (ZC), Zona de Ocupação Controlada (ZOC) e a Zona de Uso Agropecuário (ZUAP). Essa última ocupa áreas onde existem sistemas agropecuários e silviculturais de diversos tipos

e, também, atividades produtivas de turismo, intercaladas em alguns locais com fragmentos florestais, especialmente nos topos de morro, APPs (Área de Preservação Permanente) e algumas encostas (INEA, 2014).

É também explicado no Plano de Manejo (2014) que é previsto nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável a preservação dos recursos naturais em áreas especiais, com a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento local, havendo respeito aos traços culturais das comunidades inseridas.

Uma das principais características locais é a utilização do pousio pelos agricultores, prática reconhecida pelo Plano de Manejo, o qual inclui a nos seus Planos Setoriais, como apresentado no seguinte trecho:

A valorização das práticas tradicionais, a aplicação de políticas como a regulamentação das áreas de pousio e a maior participação popular são essenciais para favorecer e melhorar as atividades agrícolas na APA, de forma que ela seja mantida de maneira sustentável, não degradando os recursos naturais existentes e podendo permitir a manutenção do homem no campo no curto e longo prazo. (INEA, 2014)

Por fim, é possível entender que visto a legislação ambiental em que os distritos friburguenses, Lumiar e São Pedro da Serra, estão inseridos provocou diversos conflitos principalmente no âmbito da agricultura, pois por muitos anos tiveram suas atividades restritas devido a falta do Plano de Manejo.

1.3. CONFLITOS AMBIENTAIS: PRESERVAÇÃO E SOCIEDADE

Dada a função de preservação ambiental atribuída à agricultura familiar é gerada uma relação controversa, pois, como analisa Altafin (2007), esta é compreendida como positiva para o meio ambiente quando há o controle sobre seu processo produtivo, enquanto em uma situação adversa como a de escassez de terra, podendo haver desmatamento, por exemplo, pode ser entendida como prejudicial.

A partir disso é necessário explicar o conceito de conflito ambiental, o qual é causado devido a diferentes concepções sobre o ambiente e como elas são passadas para o espaço, a partir de distintas práticas técnicas, sociais e culturais (Zhouri & Laschefski, 2010).

Soto (2013) analisa que os conflitos têm como disputa central o acesso a recursos escassos, porém o meio ambiente e os recursos naturais por muito tempo foram considerados abundantes e infinitos, até que o problema ambiental se torna uma pauta na segunda metade do século XX.

Dessa maneira, a partir de então, o Estado começa a promover a gestão ambiental a partir de “instrumentos de comando e controle”, o que gera conflitos dentro do próprio Estado, entre empresas, e também, entre Estado e sociedade civil. E foi em 1987 que o conceito desenvolvimento sustentável foi declarado pelo Relatório das Nações Unidas com a intenção de amenizar tais conflitos (Magrini, 2001).

Zhouri e Laschefski (2010) salienta que os conflitos ambientais ressaltam que o chamado desenvolvimento implica em vítimas que são excluídas desse processo e que, além disso, têm que lidar com o lado negativo dele.

Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental, que é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (Zhouri & Lachefski, 2010; p. 4)

A questão central da sustentabilidade é: até que ponto se trata da necessidade ética de uso adequado dos recursos naturais, pela população, ou uma forma de fugir de um questionamento sobre a lógica do modelo de sociedade que se baseia na exploração de recursos naturais? (Zanoni et al, 2000).

A partir desse contexto entende-se a polaridade entre a necessidade do uso desses recursos e a de preservá-los, que segundo Gerhard (2002), gera muitos atritos entre agentes para a criação de uma ideia comum sobre a problemática ambiental, delimitando “o que” deve ser preservado e/ou usado e a forma que se dará essa conservação e /ou utilização.

Nesse âmbito encontra-se a questão da APA e da agricultura familiar, pois, como elucidada Zanoni et al (2000), mesmo havendo a integração da área protegida com o uso da população local, ainda existe as limitações impostas às atividades produtivas em seu território e restrições de uso que não consideram os interesses reais das comunidades locais.

Buscar compreender essas mudanças nas condições de reprodução social dos agricultores e suas famílias que ali se encontram há várias gerações torna-se um objeto relevante de estudo.

2. METODOLOGIA

O estudo foi feito através de uma análise de conteúdo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo qualitativa, na qual foi feita a coleta de dados por meio da aplicação de questionários (Anexo 1) com perguntas tanto abertas quanto fechadas para agricultores residentes dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra. Além desse questionário, foram feitas entrevistas (Apêndice 2) com questões abertas para um representante do INEA e para o presidente da Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências (AFASPS).

Na pesquisa bibliográfica além de todo referencial já visto, também foi feita uma leitura do Plano de Manejo buscando compreender melhor algumas informações obtidas na pesquisa de campo.

Os questionários aplicados aos agricultores tinham como objetivo entender a dinâmica social na qual eles estão inseridos, e buscar entender a partir de suas perspectivas, qual foi o impacto da implantação da legislação ambiental em 2001. Para a escolha dos agricultores foi utilizado o método de bola de neve, o qual consiste em cada entrevistado ir indicando outro e assim por diante. Dessa forma, o questionário foi dividido em seis partes: na primeira com questões sobre a identificação da propriedade e a composição familiar; na segunda havia perguntas relacionadas ao trabalho e à produção na agricultura; na terceira era questionado se o agricultor possuía outros trabalhos e fontes de renda; na quarta o foco foi a renda familiar; na quinta se encontravam as questões sobre a relação do entrevistado com a APA-MC; e na sexta parte, as perguntas feitas eram sobre a condição de vida da família. Para análise dos dados foi utilizado o método de distribuição de frequência para as questões fechadas.

Os questionários foram aplicados em outubro de 2018 para quinze produtores rurais nas comunidades de Lumiar, São Pedro da Serra, Boa Esperança, Galdinópolis, Toca da Onça e Benfica. Nas visitas realizadas foi possível escutar as diversas histórias e relatos dos agricultores e de seus familiares o que gerou questões que foram incorporadas nas entrevistas feitas posteriormente.

As entrevistas, também feitas em outubro de 2018, com o representante do INEA e o presidente da AFASPS tinham o intuito de contrapor as visões dos atores desse estudo, a APA-MC e os agricultores familiares. Logo, as perguntas buscam compreender como

se deu o processo de implantação da Área de Proteção Ambiental e como é a relação dos agricultores com o INEA atualmente. Para uma melhor análise das respostas os áudios das respectivas entrevistas foram transcritos, proporcionando o uso de trechos nos resultados aqui obtidos.

A pesquisa de campo foi essencial para se compreender como é o modo de vida desses agricultores e suas famílias, e para ouvir suas opiniões sobre a legislação ambiental a qual estão submetidos, também foi muito importante a visita ao INEA que trouxe um novo ponto de vista para o presente estudo.

3. RELAÇÃO DOS AGRICULTORES E DA APA-MC

A partir de agora serão expostos os resultados alcançados na pesquisa de campo, assim como os das entrevistas e da leitura do Plano de Manejo.

Com relação aos questionários para os agricultores familiares, houve um total de 15 respondentes distribuídos em seis comunidades, com destaque para Boa Esperança e São Pedro da Serra, que juntas contam oito questionários respondidos. A Tabela 1 a seguir apresenta a distribuição dos questionários respondidos por comunidade.

Tabela 1: Distribuição dos agricultores entrevistados por comunidade

Comunidade	Quantidade
Benfica	1
Boa Esperança	4
Galdinópolis	2
Lumiar	3
São Pedro da Serra	4
Toca da Onça	1
Total	15

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo. Outubro/2018.

A maioria dos entrevistados, 73,4%, trabalha há mais de 20 anos na mesma propriedade, considerando que essa terra é própria no caso de 66,5% deles e para o restante é arrendada. Por unidade familiar encontra-se geralmente 3 ou 4 membros, sendo mais comum, além dos responsáveis, estes serem cônjuges e filhos, dos 36 membros, sem contar os responsáveis pelo lar, 22 eram filhos e 14 cônjuges.

Grande parte dos agricultores era do gênero masculino, porém quando se trata dos membros da família como um todo se constatava uma paridade de 47% do sexo feminino e 53% masculino. A média de idade dos responsáveis é aproximadamente 52 anos, enquanto dos filhos é de 25 anos. As tabelas 2 e 3 apresentam características gerais dessas famílias e suas escolaridades, respectivamente.

Tabela 2- Características Gerais

CARACTERÍSTICAS	VALOR
Número de domicílios	15
Número de residentes	51
Residentes por domicílio	3,4
Gênero:	
Masculino (%)	53
Feminino (%)	47
Idade (média):	
Responsáveis	52,13
Filhos	25,25

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo. Outubro/2018.

Tabela 3 -Escolaridade

ESCOLARIDADE	RESPONSÁVEL (%)	CÔNJUGE (%)	FILHOS (%)
Não se aplica¹	-	-	2
Analfabeto	1	2	-
Lê e escreve	2	1	-
Até a 4ª série	7	6	6
Fundamental Incompleto	-	-	5
Fundamental Completo	1	2	
Médio Incompleto	-	-	4
Médio Completo	3	3	3
Superior Incompleto	-	-	1
Superior Completo	1	-	-
Nível Técnico	-	-	1

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo. Outubro/2018.

¹ Fora de idade escolar.

A tabela 3 aponta que tanto os responsáveis quanto seus cônjuges e filhos estudaram, na maior parte, até a 4ª série do Ensino Fundamental. Quando se trata dos filhos a segunda maior parcela estudou algumas séries a mais no fundamental, mas não o concluiu ou ainda está cursando, enquanto os pais têm uma parcela maior de graduados no ensino médio.

A lavoura se apresenta como a principal ocupação dos responsáveis e cônjuges, sendo que 93,35% e 71,44%, respectivamente, da amostra trabalham com a agricultura. A dedicação à atividade agrícola do responsável é, para dez dos quinze entrevistados, mais de 80% do tempo total.

Por outro lado, apenas 10,52% dos filhos seguiram a mesma profissão, conforme está apresentado na tabela a seguir. A maior parte atualmente é estudante ou agricultor, enquanto outra parcela significativa exerce profissões diferentes da agricultura.

Tabela 4: Ocupação dos filhos

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE
Estudante	9
Comerciante	1
Atleta	1
Agricultor(a)	4
Costureira	2
Merendeira	2
Açougueiro	1
Do lar	1
Não se aplica	1
Total	22

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo. Outubro/2018.

Esse quadro corrobora a seguinte afirmação do presidente da Associação de Produtores Rurais de São Pedro de Serra e Adjacências: “Muitos jovens estão abandonando a agricultura porque é muito mais fácil ele receber R\$1700,00 de ajudante de obra, assistente de eletricitista, pegar um jardim, do que ele ir para a roça, porque se vai pra roça vai plantar agora, aí vai demorar um ano pra colher, há o risco de ainda não receber depois e também não foram criados para isso.”

A dedicação à atividade agrícola do responsável é, para dez dos quinze entrevistados, mais de 80% do tempo total de trabalho.

O destino da renda apresenta-se da seguinte forma: 13,35% disseram que essa vai para a despesa pessoal; 20% apontam que essa vai para a despesa com a casa; outros 20% disseram que vai para a manutenção da agricultura e 46,65% afirmam que a renda tem como objetivo suprir as despesas tanto da casa quanto pessoal, sendo o para casa tudo aquilo que beneficia a família como um todo.

Observa-se que os pais de 13 dos 15 entrevistados trabalharam na agricultura e esses mesmos declararam sempre ter trabalhado na produção agrícola. Atualmente apenas um agricultor não trabalha mais majoritariamente na lavoura.

O tempo de trabalho para 13 dos responsáveis gira em torno de oito a dez horas diárias. Onze agricultores relataram que não trabalham sozinhos tendo a ajuda na maioria dos casos de sua esposa(o).

Constatou-se na pesquisa de campo que são produzidos os seguintes produtos agrícolas para comercialização e autoconsumo: tomate; inhame; couve-flor; repolho; batata doce; aipim; frutas no geral com predominância da banana; café; cenoura; repolho roxo; pimentão; abobrinha; feijão; açaí; cogumelo; limão; vagem; alface e milho. Os principais produtos de acordo com a pesquisa são aipim, banana e inhame. A quantidade de agricultores que os cultivam é respectivamente 11, 10 e 7. Também é possível encontrar atividade agropecuária em pequena escala em alguns casos. A venda desses produtos se dá em 66,5% dos casos via um atravessador, 46,55% na feira e 13,3% no Ceasa de Nova Friburgo.

Apenas 6 dos 15 produtores rurais entrevistados afirmaram receber assistência técnica e 5 deles da EMATER, porém sem uma frequência bem definida, em alguns casos até muito rara.

Quando perguntados sobre problemas na agricultura, a partir das opções apresentadas na Questão 2.3 do Apêndice 2, a resposta foi que para 73,33% dos responsáveis entrevistados o principal problema da agricultura na região hoje em dia é a dificuldade de comercialização. Outros problemas apresentados foram a falta de crédito, falta de apoio técnico, má qualidade da terra, distância dos mercados, falta de assistência médica, sazonalidade e pouca mão-de-obra.

Apenas três dos agricultores que responderam ao questionário possuem alguma ocupação secundária, sendo estes: um que leciona biologia, um pedreiro e um que presta serviço público. Cada um apresentou um motivo para terem procurado outra atividade além da agricultura, contudo somente um afirmou ter procurado outro trabalho devido a problemas na agricultura.

Um total de 53,45% dos entrevistados possui outra fonte de renda além da agricultura, a maioria é aposentado, mas há também aluguel de casa, trabalho como professor, pedreiro e servidor público entre essas fontes.

Sobre suas condições de vida catorze agricultores têm moradia própria e todos possuem algum tipo de veículo. Mas, grande maioria não soube responder quanto exatamente que é a sua renda no total, no entanto 80% dos produtores rurais compreendem que a renda mais importante para a manutenção da família é a agricultura.

Quando questionados se haviam conhecimento sobre a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima 93,35% dos entrevistados afirmaram conhecer, porém alguns só conheciam por alto ou apenas ouviram falar sobre. O significado da APA-MC para os agricultores mais antigos é no geral mais negativo, um deles comentou que a fiscalização lhe dá medo e que acredita que atrapalhou muito a agricultura. Entretanto, agricultores mais jovens tem uma visão mais positiva sobre a legislação ambiental vigente no local.

Para 93,35% dos entrevistados a APA-MC trouxe alguma mudança para região e para muitos deles essa mudança é uma diminuição na agricultura devido às leis que dificultam suas produções e por isso 80% dos agricultores confirmaram que tiveram sua produtividade afetada. O motivo para a perda de rendimento passa novamente pelo medo da fiscalização, uma vez que eles entendem que não pode haver queimadas de manutenção e pousio, devido a falta de informação sobre a APA-MC.

Para o presidente da AFASPS a implantação da APA-MC trouxe mudanças porque houve resistência dos agricultores no início, por falta de conhecimento e também por conta dos gestores do INEA que não entendiam como funcionava a agricultura na região. Contudo, ele acredita que não foi só a legislação que diminuiu a produção agrícola da região, pois muitas terras ficaram em inventário e por isso ficaram ou ainda estão paradas deixando sua vegetação crescer e para muitos nessa situação a lei da APA já impede a

produção, mas o INEA afirma que é possível usar essa terra se apresentar os documentos do inventário.

O representante do INEA explicou que as principais leis que os agricultores têm que seguir são as do Código Florestal e as Leis da Mata Atlântica, mas também existem resoluções mais novas do INEA que dispõe sobre as atividades agrícolas, tanto sobre o manejo florestal como sobre o pousio².

Como grande parte dos agricultores relataram ter uma queda na produção por conta da implantação da APA-MC foi perguntado se houve alguma compensação do governo e todos que se sentiram prejudicados disseram que não foram compensados.

Somente seis entrevistados fazem parte de algum grupo ou associação de produtores rurais. No entanto, a Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências (AFASPS) possui 93 associados que produzem atualmente.

De acordo com a explicação de Roberto, presidente da AFASPS, a associação existe há 7 anos, sendo muito mais nova que a Ação Rural que é uma associação que se encontra em Lumiar desde 1989, mas que atualmente é mais voltada para eventos enquanto a AFASPS tem o foco em incentivar a agricultura familiar.

Segundo o presidente da associação, há muitos produtores que ainda não acreditam na proposta da AFASPS, acham que não ajuda, entretanto há o projeto do Rio Rural, desde a tragédia ocorrida na Região Serrana em 2011, que estimula a agricultura familiar, mas para receber é necessário fazer parte de alguma associação para receber. O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas de Estado do Rio de Janeiro – RIO RURAL – tem o objetivo de melhorar a condição de vida no campo, aumentando a renda do agricultor e ao mesmo tempo promovendo a conservação dos recursos naturais, entendendo o homem do campo como protagonista no processo de desenvolvimento (Rangel et al, 2016).

² Resolução nº 86 que regulamentou a prática do pousio em até dois hectares por ano na pequena propriedade rural ou posses de população tradicional ou de pequenos produtores rurais onde, comprovadamente, a prática venha sendo usada de forma tradicional, nas áreas de Mata Atlântica em estado inicial de regeneração (INEA, 2014).

A AFASPS também é importante para os agricultores se aposentarem pois é ela que dá uma declaração para o Sindicato Rural de Nova Friburgo que possibilita o recebimento da aposentadoria.

O presidente da AFASPS e o representante do INEA concordam que atualmente a relação do órgão gestor ambiental, na época o Instituto Estadual de Florestas (IEF), e da associação é bem melhor que nos primeiros anos de vigência da APA-MC, pois o processo de implantação foi turbulento porque houve conflitos entre as comunidades tradicionais e o IEF.

O representante do órgão ambiental contou que: “o processo de implantação da APA teve uma relação progressiva com a comunidade tradicional, no início não era bem aceito, depois começou a ser mais aceita e hoje em dia maioria aceita, não a totalidade, porém muitos agricultores apoiam a APA e alguns ainda não entenderam a proposta, pois não se permitiram entender.”

E o mesmo ainda afirma que: “geralmente os produtores rurais que não compreendem a proposta da legislação ambiental são aqueles que por algum motivo tiveram alguma desavença com o órgão e por isso atualmente acham a postura do órgão negativa, se baseando numa situação pontual e não na ideia como um todo da unidade de preservação.”

As propostas da unidade de conservação podem ser vistas no Plano de Manejo publicado em 2014, treze anos depois da implantação da APA. O documento apresenta os seguintes objetivos específicos que abrangem a agricultura familiar: estimular o desenvolvimento ambiental sustentável, via proteção da diversidade biológica e cultural do território da APA; apoiar meios ambientalmente sustentáveis de geração de renda que agreguem valor aos produtos e que torne o patrimônio cultural local mais forte; apoiar e promover práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e dar apoio a conservação da cultura local (INEA, 2014).

Há também no Plano de Manejo (INEA, 2014) os planos setoriais que apontam um conjunto de atividades e linhas de ação, organizadas em programas que tem a finalidade de gerir a APA para que seus objetivos sejam auferidos.

Entre esses planos setoriais existe o de agricultura que é explicado a partir do fato de que a atuação governamental na região um histórico conflituoso que tornou os agricultores muito desconfiados, tornando mais complicada a implantação de atividades agropecuárias. É essencial que aconteça uma valorização das práticas tradicionais, regulamentação das áreas de pousio e participação popular para favorecer e tornar melhores as atividades agrícolas no território da APA, de maneira que essa seja mantida de forma sustentável e assim permitindo a manutenção do homem no campo no curto e longo prazo (INEA, 2014).

O plano setorial da agricultura inclui os seguintes programas: de fortalecimento da agricultura familiar; de educação ambiental e agricultura familiar; para a elaboração de projetos de incentivo as iniciativas agroecológicas na APA e de apoio à exploração sustentável de produtos não madeireiros originários da floresta (INEA, 2014).

Logo, entende-se a partir da entrevista com o representante do INEA e com a publicação do Plano de Manejo que o órgão ambiental tem buscado, e deve, se aproximar dos agricultores e orientá-los para que eles estejam dentro das conformidades legais para que eles protejam sua própria propriedade e seus rios, encostas e florestas.

CONCLUSÕES

A implantação da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA-MC) trouxe mudanças para Lumiar e São Pedro da Serra, principalmente no que tange os agricultores familiares dessas localidades.

Com o decreto de criação da APA-MC em setembro de 2001, iniciou-se um conflito ambiental que envolvia o órgão gestor ambiental e a comunidade local, incluindo os produtores rurais. Como apontado nos resultados, muitos agricultores se sentiram prejudicados pela legislação ambiental, uma vez que na lei que instituía a APA-MC muitas práticas eram restringidas até publicação do Plano de Manejo, a qual só ocorreu em 2014.

De acordo com os agricultores, a legislação ambiental restringiu suas produções pois entendiam que não podia ocorrer queimadas de manutenção e pousio, o que causou a queda da produção e o desinteresse dos filhos em seguir na lavoura. Dessa forma, quase todos os agricultores acreditam que a agricultura familiar da região está acabando.

Através das entrevistas feitas com o representante do INEA e o presidente da AFASPS, foi possível concluir também que a relação de alguns gestores do Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão gestor anterior ao INEA, com os agricultores se dava de forma conturbada, por conta de uma falta de diálogo. Atualmente, após a publicação do Plano de Manejo e com algumas resoluções que admitem práticas históricas da agricultura local, como o pousio, a proximidade do INEA e dos agricultores aumentou.

O programa Rio Rural é muito importante para a reprodução social dessas famílias visto que seu objetivo é estimular a participação comunitária nas políticas públicas de gestão de recursos naturais, procurando conscientizar e levar o produtor a utilização de práticas sustentáveis. E também defende que o agricultor tenha uma compensação por conta da restrição da utilização dos recursos naturais causada pelas políticas de preservação como explicado no seu Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Rio Rural, 2009).

Contudo, grande parte dos agricultores entrevistados acredita que a agricultura da região está acabando, na visão deles devido a legislação ambiental vigente. Porém, na pesquisa foi possível observar outros fatores que poderiam estar ocasionando a diminuição da produção agrícola, como o envelhecimento dos agricultores em conjunto

com o fato de que seus filhos, na maioria dos casos, não se interessarem pelo trabalho na lavoura.

Por fim, entende-se que para ainda ocorrer a manutenção dessas famílias através da agricultura familiar é importante que esses produtores se organizem através de associações, como a AFASPS, por exemplo, para que eles consigam benefícios que incentivem sua produção e tornem a agricultura familiar uma fonte de renda atrativa para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: UCITEC, 1992.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL, Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Diário Oficial da União, dia 19/07/2000.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos – Sociedade e Agricultura, n.8, p. 70-81, abr., 1997.

CARNEIRO, Maria José Teixeira; PALM, Juliano Luís. Iluminuras. In: **Modos de vida de agricultores familiares de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo – RJ**. Porto Alegre, RS, jan/jun, 2016.

CARNEIRO, Maria José. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?** In: COSTA, L.F.C et al., (orgs.) **Mundo Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ensaio interdisciplinares Mauad X-EDUR, Seropédica, 2008.

CARNEIRO, Maria José; BERTOLINO, Ana Valéria Freire Allemão; BERTOLINO, Luiz Carlos. **Agricultores e território: práticas e saberes**. Trasso Comunicação/CNPq/Faperj, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Sildaléia Silva. **Compensação Ambiental: uma alternativa de recursos para implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. CDS/UnB, Brasília, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura familiar e agricultura camponesa**. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

GERHARDT, Cleyton Henrique. **Agricultores familiares, mediadores sociais e a problemática ambiental em agro-eco-sistemas**. Porto Alegre, 2002.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente. **APA Estadual de Macaé de Cima: plano de manejo – informações sintetizadas da UC**. Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Guilherme Rodrigues. **Compensação ambiental de usinas hidrelétricas: Análise da gestão federal e propostas de aplicação**. UFRJ/COPPE, Rio de Janeiro, 2015.

MAGRINI, Alessandra. **Política e Gestão Ambiental: Conceitos e Instrumentos**. Revista Brasileira de Energia, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 135-147, 2001.

MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Dept. de História, 2003.

MENDES, Stella Peres. **Implantação da APA Macaé de Cima (RJ): um confronto entre a função social da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente preservado**. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, ANPPAS, outubro 2010.

PORTO, Phillippe Seyfarth de Souza. **Do “ambiental rural” ao “ambiental urbano”: (novas) ruralidades e a questão ambiental em são pedro da serra (rj)**. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

RANGEL, Ana Rita Moreira; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos de; MOREIRA, Marcos Antonio Cruz. **O programa Rio Rural no Estado do Rio de Janeiro: A experiência na microbacia Canal Jurumim, Município de Macaé**. In: Revista Monografias Ambientais – REMOA v.15, n.1, jan-abr. 2016, p.302-322.

REGO, Virgínia Villas Boas Sá. **Paraísos perdidos ou preservados: a conquista da cidadania em áreas de proteção ambiental**. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS, 2008.

RIO DE JANEIRO, Decreto 292.13, de 14 de setembro de 2001. **Criação Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**. Rio de Janeiro, 2001.

RIO RURAL, **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento / Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, 2009, p.99.

SOTO, William Héctor Gómez. . **Os conflitos ambientais e as contradições do espaço social: uma introdução à perspectiva lefebvriana.** In: Carlos RS Machado; Caio Floriano dos Santos et al. (Org.). Conflitos ambientais e urbanos - Debates, lutas e desafios. 1ed.Porto Alegre: , 2013, v. 1, p. 41-58.

SOUSA, Raquel Tavares Salles de. **Agricultura familiar e áreas de preservação permanente na percepção de agricultores de um trecho da bacia hidrográfica do Rio Macaé.** Rio de Janeiro, RJ, 2016.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares.** Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 263 fls. 2009.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade a Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.** RJ: CPDA/UFRRJ, 1998 (Dissertação de mestrado).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** . Rio de Janeiro, RJ, 2003.

ZANONI, Magda Maria. **Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental.** Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 4, p. 1-15, 2000.

ZHOURI, Andréa; .LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação.** In: Andréa Zhouri, Klemens Laschefski. (Org.). Desenvolvimento e Conflitos ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, v. 1, p. 11-33.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA OS AGRICULTORES

Trabalho de campo

Data da entrevista: / / 2018

Pessoa entrevistada (nome e posição na família):

I. Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar

Quadro 1 - Identificação da propriedade ou parcela de terra

Nome do(a) responsável:	
Comunidade:	Município: Nova Friburgo
Há quanto tempo trabalha nesta propriedade ou parcela de terra?	
01. 20 anos ou mais [] 02. entre 15 e 20 anos [] 03. entre 10 e 15 anos [] 04. entre 5 e 10 anos [] 05. entre 1 e 5 anos [] 06. menos de 1 ano [] 07. outro especificar) []	
Condição legal da terra:	
01. própria [] 02. arrendada [] 03. parceria [] 04. posse [] 05. outra (especificar) [] Se for parceria, especificar o funcionamento:	

Quadro 2 - Composição e ocupação dos membros da unidade familiar

Nome de referência	a. Parentesco com responsável	b. Sexo	c. Idade	d. Escolaridade	e. Ocupação principal	f. Renda mensal na ocupação principal	g. Ocupação secundária	h. Renda mensal na ocupação secundária	i. Dedicção à atividade agrícola	j. Destino da renda
3.1	Responsável									
3.2										
3.3										
3.4										
3.5										
3.6										
3.7										
3.8										

a. parentesco c/	d. escolaridade	e./ g. ocupação principal e secundária	f. / h. renda mensal
------------------	-----------------	--	----------------------

responsável	e. escolaridade	01 trabalho por conta-própria na agricultura	1. até R\$ 477
01 responsável	1. analfabeto	02 trabalho assalariado na agricultura (especificar)	2. R\$ 477 a 954
02 cônjuge	2. lê e escreve	03 trabalho não remunerado na agricultura	3. R\$ 954 a 1908
03 filho/filha	3. Até 4ª Série	04 do lar	4. R\$ 1908 a 2862
04 pai/mãe/sogro(a)	4. Fundamental incompleto	05 estudante	5. mais de R\$ 2862
05 nora/genro	5. Fundamental completo	06 aposentado(a)	i. dedicação à atividade agrícola (média anual)
06 neta(o)	6. Médio incompleto	07 merendeira	
07 agregados	7. Médio completo	08 comerciante (especificar)	
08 outros	8. Nível técnico	09 serviços de transporte	
b. sexo	9. Superior incompleto	10 costureira	
01 masculino	10. Superior completo	11 professora	
02 feminino	11. não soube informar	12 pedreiro/auxiliar de pedreiro	
		13 empregada doméstica/faxineira	
		14 gari	j. destino da renda
		15) jardineiro	
		16 caseiro	
		17 atendente	
		18 outras (especificar)	
		19 não se aplica	

2. Trabalho e Produção na Agricultura

2.1 Profissão pai: _____

2.1.2 Profissão mãe: _____

2.2 Trabalho e Produção na Agricultura

2.2.1 O(A) sr(a) sempre trabalhou na agricultura? () SIM () NÃO

2.2.2 O(A) sr.(a) trabalha atualmente na agricultura? () SIM () NÃO

2.2.3.1 Se **Não**: Porque deixou de trabalhar na agricultura e desde quando?

Se **SIM**:

2.1.4 Na própria propriedade? () SIM () NÃO

2.1.5 Qual o tempo de trabalho? _____

2.1.6 Trabalha sozinho na agricultura? () SIM () NÃO

2.1.6.1 Se não, trabalha com quem (especificar):

2.1.7 Quais são os principais produtos agrícolas plantados para **comercialização**:

2.1.8 Como vende os produtos?

2.1.9 Tem produção e/ou criação para o **autoconsumo**? () SIM () NÃO

Se sim, especificar:

2.2 Recebe assistência técnica? () SIM () NÃO

Se SIM, de quem? _____ e com que frequência?

2.3 Principais problemas da agricultura

() falta de crédito () falta de apoio técnico () má qualidade da terra () escassez de terra

() clima desfavorável () infra-estrutura deficiente () distância dos mercados () comercialização

() outros: _____

3. Trabalho e outras fontes de renda não-agrícola

3.1 O(A) sr.(a) exerce outra atividade fora da agricultura () SIM () NÃO

Se SIM:

qual a atividade? _____

O que levou a buscar esta atividade?

Desde quando exerce esta atividade? _____

qual o tempo de trabalho e com que frequência? _____

qual a forma de pagamento: () diária () salário mensal () outras: _____

qual o valor? _____ R\$ mensal

3.2 O(A) sr.(a) tem outras fontes de renda fora da agricultura () SIM () NÃO

Se SIM:

a) aposentadoria: _____

b) aluguel de casa: _____

c) Outras especificar: _____

3.2.1 Total de outras receitas monetárias: _____ R\$ mensal

4.Renda Familiar

4.1 Qual a renda monetária mensal total da família (incluindo rendas pessoais, da atividade produtiva e outras receitas)? _____ (R\$) mensal

01. até R\$ 954,00 [] **02.** R\$ 954 a 1908,00 [] **03.** R\$ 1908,00 a 2862,00 []

04. R\$ 2862,00 a 3816,00 [] **05.** R\$ 3816,00 a 4770,00 [] **06.** mais de R\$ 4770,00 []

07. não sabe responder [] **08.** não quis responder []

4.2 Qual a renda mais importante para a manutenção da sua família?

01. atividade agropecuária própria [] **02.** trabalho em atividade agropecuária de terceiros []

03. aposentadoria/pensão [] **04.** comércio [] **05.** artesanato [] **06.** extrativismo []

07. outra (especificar) : _____

5. RELAÇÃO COM A APA

5.1 Tem conhecimento sobre o que é a APA? () SIM () NÃO

Se sim, o que significa a APA:

5.2 A APA trouxe alguma mudança para a região? () SIM () NÃO

Se sim, especificar:

5.3 A criação da APA afetou sua produção de alguma forma? () SIM () NÃO

Se sim, especificar:

5.4 Caso tenha sido afetado pela APA houve alguma compensação do governo? () SIM () NÃO

Se sim, especificar: _____

6. Participa de algum grupo? Associação de moradores ou algo do tipo? () SIM () NÃO

Se sim, especificar: _____

7. Condições de Vida

7.1 A moradia atual da família é? () própria () alugada () paga prestação () cedida () outra, especificar:

7.2 Possui algum veículo? () automóvel () moto () trator () caminhão () outro

APÊNDICE 2 – ENTREVISTAS PARA O REPRESENTANTE DO INEA E DA AFASPS

Entrevista para o presidente da AFASPS

- 1- Há quantos anos faz parte da associação?
- 2- E há quantos anos é presidente da associação?
- 3- Quantos produtores são associados?
- 4- O senhor conhece a APA?
- 5- Muitos agricultores têm conhecimento sobre a APA?
- 6- Durante a implantação da APA houve participação dos agricultores aqui da região?
- 7- Houve mudanças com a implantação da APA?
- 8- Quais foram?
- 9- Tem alguma reclamação sobre a APA que seja frequente?
- 10- O senhor acredita que afetou a produção da região?
- 11- Passaram a receber alguma ajuda/assistência devido a essas mudanças?
- 12- Qual a relação da associação com os representantes da APA?

Entrevista para o diretor do INEA

- 1- Há quanto tempo trabalha no INEA aqui?
- 2- Como foi o processo de implantação da APA?
- 3- Houve participação dos agricultores durante esse processo?
- 4- Quais são as leis que os agricultores têm que seguir desde que existe a legislação?
- 5- Caso eles não sigam essas regras o que acontece?
- 6- Como foi a reação deles no início?
- 7- E hoje em dia como tem sido a relação dos agricultores com a APA?
- 8- Como que funciona o trabalho de vocês aqui do INEA?
- 9- Tem algum problema frequente com os agricultores? Se sim, qual?